

INFORME POLÍTICA COMERCIAL

TEMA: AGENDA COMERCIAL DE
PARCEIROS ESTRATÉGICOS

Fórum de CEOs Brasil-EUA aponta recomendações para impulsionar comércio e investimentos bilaterais

A 12ª Reunião Plenária do Fórum de CEOs, realizada em Brasília no 15 de dezembro de 2023 e que contou com a participação estratégica de 12 CEOs de empresas brasileiras e seus pares americanos, resultou na formulação de recomendações que visam impulsionar o comércio e os investimentos bilaterais. Estruturadas em áreas temáticas, as recomendações serão compiladas em um relatório de monitoramento e submetidas aos governos brasileiro e americano, destacando os avanços alcançados e servindo como base para futuras discussões.

Como segundo maior parceiro comercial brasileiro, os EUA ocuparam posição de destaque nos fluxos de comércio de bens, serviços e investimentos do Brasil na última década, em especial nas exportações brasileiras de bens da indústria de transformação e produtos de alta tecnologia. Desde 2012, o comércio de bens do Brasil com o país norte-americano somou US\$ 274,2 bilhões em exportações e US\$ 335,3 bilhões em importações entre 2013 e 2022. Esse protagonismo estende-se também às transações de serviços, investimentos diretos no Brasil e investimentos brasileiros no exterior e ressalta a importância da integração econômica com os EUA.

O Fórum de Altos Executivos Brasil-Estados Unidos, conhecido como Fórum de CEOs, é resultado da colaboração entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e a Casa Civil da Presidência da República.

Principais áreas temáticas e recomendações apresentadas pelo Fórum de CEOs Brasil-EUA


Resiliência das Cadeias de Suprimento

Visam fortalecer, por meio de um framework comum, a resiliência da cadeia de suprimentos entre os EUA e o Brasil, promovendo a cooperação e a segurança nas operações comerciais e de investimento. Isso implica aprofundar laços comerciais, fortalecer logísticas de suprimentos e coordenar respostas conjuntas a interrupções, simultaneamente ao desenvolvimento da força de trabalho e à proteção dos direitos dos trabalhadores.

→ Principais Recomendações


- + Identificar e mapear as cadeias de suprimentos prioritárias de elementos essenciais e insumos críticos, tais como de materiais para energias renováveis, como energia solar e eólica; veículos elétricos e baterias; insumos para a indústria química; tecnologias de armazenamento de energia; fertilizantes; insumos para a indústria médica, incluindo produtos farmacêuticos e ingredientes farmacêuticos ativos (APIs).

- + **Incentivar o comércio bilateral de materiais-chaves**, renovando o Sistema Geral de Preferências (SGP) para apoiar o comércio bilateral de insumos críticos necessários para a fabricação de indústrias-chave, incluindo a transição energética e o crescimento econômico doméstico; e incentivando uso de componentes dos EUA e do Brasil por meio de programas de incentivo doméstico, como a qualificação para o Ato de Redução da Inflação (IRA) ou outros programas com critérios apropriados, incluindo padrões de desempenho.
- + **Desenvolver tratamento de operador confiável** para a cadeia de valor de elementos essenciais, incluindo processamento rápido para alfândega;
- + **Desenvolver parcerias público-privadas** para melhorar a capacidade do sistema de saúde, aproveitando os investimentos feitos por meio da nova Estratégia de Desenvolvimento do CEIS e PAC em Saúde.
- + **Negociações com fornecedores de minerais** para garantir acesso preferencial a produtos-chave, especialmente materiais para a transição energética e materiais essenciais de desempenho feitos com matérias-primas processadas.
- + **Apoio de investimento e desenvolvimento** de instituições de desenvolvimento, como a Development Finance Corporation (DFC), a United States Agency for International Development (USAID) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para incentivar investimentos em setores estratégicos.
- + **Expansão dos compromissos do ATEC** para incluir a criação de regras para o comércio digital, desenvolvimento sustentável, comércio inclusivo, anexos setoriais regulatórios (priorizando dispositivos médicos), pequenas e médias empresas (PMEs) e outras áreas. Essas disciplinas comerciais podem ser alcançadas sem exigir legislação dos EUA ou envolvimento do Mercosul, e poderiam reduzir substancialmente os custos desnecessários e melhorar o comércio e investimento bilaterais.

 **Eficiência:** visam promover a eficiência nos processos regulatórios, tributários e de registro, com o objetivo de facilitar os investimentos e a operação das cadeias de suprimentos entre os dois países.

→ **Principais Recomendações**


- + **Cooperação regulatória:** acelerar o trabalho de harmonização regulatória baseada em setores para apoiar o aumento de investimentos e criar o ambiente propício para aprofundar as cadeias de suprimentos, incluindo a implementação do Anexo II do Protocolo ATEC sobre Boas Práticas Regulatórias.
- + **Implementar um tratado tributário bilateral abrangente** para minimizar a bitributação nos investimentos transfronteiriços entre o Brasil e os EUA.
- + **Incluir uma disposição na reforma tributária brasileira** para evitar a bitributação de materiais reciclados pós-consumo.
- + **Implementar um processo de registro simplificado** para certos investidores estrangeiros que solicitam um novo CNPJ brasileiro.

 **Facilitação aduaneira:** visam aprimorar a eficiência e a agilidade nos processos aduaneiros, reduzindo custos e burocracias para as empresas envolvidas no comércio bilateral.

→ **Principais Recomendações**


- + **Reforçar a importância de ter mais entidades da Administração Pública como parte do Programa AEO-Integrado**, visando a simplificação dos processos de liberação alfandegária.
- + **Identificar os principais locais de importação/exportação prioritários para investimentos em infraestrutura**, incluindo facilitação logística e investimentos em tecnologia.

- + Adotar padrões federais que promovam menos burocracia nos documentos de transporte a nível estadual, incluindo documentos digitais.
- + Simplificar o processo de obtenção de um novo CNPJ para investidores estrangeiros, isentando-os de apresentar uma extensa lista de documentos.
- + Eliminar a regulação de preços obsoleta do transporte terrestre, incluindo a tabela de frete mínimo, visando garantir custos de transporte justos e competitivos.
- + Trabalhar com a indústria para identificar oportunidades de implementar tecnologia de inspeção não intrusiva (NII) e outros princípios de gestão de riscos para agilizar operações de liberação alfandegária.
- + Utilizar o Operador Econômico Autorizado (AEO) ou outra designação de certificação para liberação alfandegária marítima/aérea antes da chegada do produto.

 **Simplificação das taxas:** visam simplificar as taxas e os processos tributários, reduzindo a complexidade e os encargos para investidores estrangeiros e empresas envolvidas no comércio bilateral.

→ Principais Recomendações

- + Apoiar esforços para simplificar ainda mais o tratamento tributário corporativo, incluindo a clarificação dos requisitos-chave para investidores, como investimento na expansão de projetos existentes.
- + Negociar um Tratado Tributário Bilateral abrangente para minimizar a dupla tributação sobre investimentos transfronteiriços entre o Brasil e os EUA.
- + Permitir ajustes eficientes de preços de transferência para fins fiscais e aduaneiros à medida que o Brasil adota regras de preços de transferência da OCDE.
- + Fomentar a economia circular, incluindo uma disposição na reforma tributária brasileira para evitar a dupla tributação de materiais reciclados pós-consumo.
- + Implementar um processo de registro simplificado para determinados investidores estrangeiros que solicitam um novo CNPJ brasileiro.

 **Sustentabilidade:** visam promover práticas sustentáveis, conservação ambiental e cooperação internacional para abordar desafios ambientais e econômicos.

→ Principais Recomendações


- + Continuar a cooperar em soluções tecnológicas para combater o desmatamento e desenvolver a bioeconomia, visando o desenvolvimento econômico e social da região.
- + Reconhecer o potencial das parcerias público-privadas e certificações internacionalmente reconhecidas para as melhores práticas na gestão florestal, a fim de combater o desmatamento global.
- + Promover discussões bilaterais para trocar as melhores práticas em agricultura sustentável, incluindo o monitoramento de redes de fornecimento estendidas para mitigar o risco de desmatamento e garantir a conformidade com a legislação ambiental.
- + Promover o diálogo bilateral para discutir os impactos de legislações e regulamentações ambientais estrangeiras que desconsideram as regras da OMC.
- + Revisar o processo atual de aquisição de terras por estrangeiros no Brasil para promover a posse efetiva da terra, fomentando investimentos mais econômicos e ambientalmente sustentáveis.
- + Incentivar parcerias público-privadas para prever, rastrear e controlar doenças e epidemias que podem ser ampliadas pelas mudanças climáticas.

Energia e Circularidade

Refletem o compromisso com a transição para uma economia mais sustentável, com ênfase na energia limpa, na redução de emissões e no desenvolvimento de práticas circulares para promover a sustentabilidade ambiental e econômica.


→ Principais Recomendações

- + Priorizar investimentos maciços em redes elétricas, energias renováveis e cadeias de abastecimento de energia limpa para acelerar a transição energética para uma economia de baixo carbono.
- + Reconhecer a importância dos biocombustíveis na transição para uma economia de baixo carbono, especialmente nos setores de aviação, marítimo e veículos pesados, e seu papel na redução de emissões de carbono.
- + Focar na descarbonização da indústria, com ênfase em materiais como alumínio e plásticos, e explorar oportunidades de cooperação bilateral para desenvolver tecnologias de descarbonização e investimentos nessa área.
- + Destacar a importância da economia circular, especialmente no que diz respeito à reciclagem de materiais e à redução da dupla tributação de materiais reciclados pós-consumo.
- + Promover a cooperação bilateral para impulsionar a inovação, adoção e expansão de novas tecnologias que promovam a circularidade e a sustentabilidade.
- + Incentivar o investimento em infraestrutura para redes inteligentes e soluções de armazenamento de energia, visando aprimorar a integração de energias renováveis na matriz energética.
- + Implementar incentivos climáticos, como o Inflation Reduction Act nos EUA, para dar mais segurança e incentivos aos investidores no desenvolvimento de projetos de energia limpa e novas tecnologias.
- + Promover a integração de fontes de energia de baseload, como gás natural e tecnologias nucleares avançadas, com energias renováveis para garantir a confiabilidade do suprimento de energia.
- + Incentivar a indústria a minimizar as emissões de carbono por meio de tecnologias de captura, uso e armazenamento de carbono, como parte de uma estratégia abrangente de descarbonização.

 **Biocombustíveis:** refletem o compromisso com a transição para uma economia mais sustentável, com ênfase na energia limpa, na redução de emissões e no desenvolvimento de práticas circulares para promover a sustentabilidade ambiental e econômica.


→ Principais Recomendações

- + Reconhecer a importância dos biocombustíveis na transição para uma economia de baixo carbono, especialmente nos setores de aviação, marítimo e veículos pesados, e seu papel na redução de emissões de carbono.
- + Incentivar a produção e o consumo de biocombustíveis e investir na construção de uma cadeia de suprimentos de biocombustíveis sustentável como fonte alternativa de energia.

 **Economia circular:** refletem o compromisso com a transição para uma economia mais sustentável, com ênfase na promoção da circularidade e na redução do impacto ambiental por meio da reutilização de materiais e resíduos.

→ Principais Recomendações

- + Incentivar o investimento na indústria de mineração e processamento mineral para avaliar os resíduos e criar subprodutos de valor agregado que possam ser reutilizados pela indústria ou ter valor para outras indústrias.
- + Desenvolver um plano conjunto de tecnologia e investimento para a descarbonização de materiais, como alumínio e plásticos, incluindo o uso de tecnologias de reciclagem química e física.
- + Reconhecer o potencial da economia circular, especialmente no que diz respeito à reciclagem de materiais e à redução da dupla tributação de materiais reciclados pós-consumo.

 **Descarbonização:** refletem o compromisso com a transição para uma economia mais sustentável, com ênfase na redução das emissões de carbono e na promoção de práticas mais limpas e sustentáveis na indústria..

→ Principais Recomendações


- + Focar na descarbonização da indústria, com ênfase em materiais como alumínio e plásticos, e explorar oportunidades de cooperação bilateral para desenvolver tecnologias de descarbonização e investimentos nessa área.
- + Incentivar a indústria a minimizar as emissões de carbono por meio de tecnologias de captura, uso e armazenamento de carbono, como parte de uma estratégia abrangente de descarbonização.

 **Segurança alimentar e agricultura sustentável**

Refletem o compromisso com a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e a garantia da segurança alimentar, com ênfase na cooperação bilateral e no investimento em pesquisa e desenvolvimento para enfrentar os desafios globais relacionados à agricultura e à alimentação.

→ Principais Recomendações


- + Priorizar a cooperação e o financiamento para expandir a pesquisa climática inteligente e aumentar a implementação de práticas sustentáveis na agricultura e nos sistemas de pecuária, incluindo a restauração de pastagens degradadas e a introdução de sistemas integrados de cultivo e pecuária.
- + Fortalecer iniciativas e fundos para pesquisa e desenvolvimento em biosciências e estabelecer uma agenda de cooperação regulatória bilateral para promover o desenvolvimento de produtos avançados de fertilizantes e melhorar o ambiente de negócios para investimentos em P&D bilaterais.
- + Promover o diálogo bilateral para trocar melhores práticas em agricultura sustentável, incluindo o monitoramento de redes de fornecedores estendidos para mitigar o risco de desmatamento e garantir a conformidade com a legislação ambiental.
- + Incentivar parcerias público-privadas para prever, rastrear e controlar doenças e epidemias que podem ser ampliadas pelas mudanças climáticas.

 **Ciência da agricultura e sustentabilidade:** refletem o compromisso com a promoção da pesquisa e práticas agrícolas sustentáveis, com ênfase na cooperação bilateral e no investimento em tecnologias e práticas que visam a sustentabilidade e a eficiência na produção agrícola.

→ Principais Recomendações


- + **Canalizar fundos e esforços de cooperação** para expandir a pesquisa climática inteligente e aumentar a implementação de práticas sustentáveis na agricultura e nos sistemas de pecuária, incluindo a restauração de pastagens degradadas e a introdução de sistemas integrados de cultivo e pecuária.
- + **Mapear e expandir a colaboração entre pesquisadores dos Estados Unidos e do Brasil** em sistemas agrícolas tropicais.
- + **Expandir a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias** que possam aumentar a eficiência no uso de nutrientes e a recuperação de nutrientes do solo em sistemas de cultivo.
- + **Estabelecer uma compreensão maior entre as autoridades regulatórias dos Estados Unidos e do Brasil** para facilitar a aceitação de testes clínicos realizados em outro país.
- + **Fortalecer a cooperação em pesquisa e desenvolvimento relacionada à eficiência no uso de nutrientes, recuperação de nutrientes do solo e melhoria da absorção de nutrientes** pelas plantas para a intensificação sustentável da produção de culturas.

 **Cibersegurança, infraestrutura crítica e tecnologia/política digital**

 **Infraestrutura:** refletem o compromisso com o desenvolvimento de infraestrutura sustentável, resiliente e tecnologicamente avançada, com ênfase na cooperação bilateral e na promoção de práticas que impulsionem o crescimento econômico e a sustentabilidade.


→ Principais Recomendações

- + **Reforçar o quadro regulatório** para a produção, transmissão e armazenamento de energia, com metas e diretrizes específicas como parte de uma política energética robusta.
- + **Incentivar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável** alinhada com padrões de governança ambiental e social ao longo do ciclo de vida e enfatizando o uso de tecnologias verdes em compras públicas.
- + **Promover políticas que apoiem tecnologias de redes inteligentes, armazenamento de energia e fontes renováveis**, como o hidrogênio verde, com ênfase na sustentabilidade e transições para energias limpas.
- + **Estabelecer um quadro para a regulamentação e negociação de créditos de carbono**, incorporando princípios de transparência e responsabilidade, incluindo um Memorando de Entendimento bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos.
- + **Integrar a infraestrutura e tecnologia necessárias** para monitorar ecossistemas naturais, com foco em gestão de desastres e preservação ecológica em colaboração com o Fundo Amazônia.
- + **Acelerar a colaboração bilateral em práticas e tecnologias de políticas de utilidade e dutos** para proteger e aprimorar a resiliência das infraestruturas de utilidade contra ciberataques, eventos climáticos, sabotagem ou danos acidentais.
- + **Aprimorar a resiliência das infraestruturas críticas** com investimentos necessários para apoiar o aumento da gestão de desastres e serviços essenciais.
- + **Acelerar a implantação da infraestrutura 5G**, priorizando a implementação de tecnologias seguras e que respeitem a privacidade, equilibradas com considerações ambientais sobre a colocação de antenas e seu impacto.
- + **Realizar workshops bilaterais** com o objetivo de acelerar e aumentar o acesso seguro à internet, visando reduzir a divisão digital, aumentar a alfabetização digital e a conscientização sobre segurança da informação no Brasil.

 **Infraestrutura financeira:** refletem o compromisso com a promoção da inovação financeira e a colaboração entre instituições financeiras e reguladoras, com ênfase na cooperação bilateral e na adoção de práticas que impulsionem o desenvolvimento de infraestrutura financeira sustentável e eficiente.


→ Principais Recomendações

- + Fortalecer a colaboração entre instituições financeiras e órgãos reguladores para promover a inovação colaborativa e identificar desafios e oportunidades emergentes.
- + Estabelecer um grupo de trabalho supra-regulatório para monitorar e harmonizar regulamentações, acelerando o processo de padronização e permitindo a transferência de insights obtidos em sandboxes regulatórios em diferentes regiões.
- + Implementar e adotar um modelo global de sandbox para acelerar a inovação, compartilhar resultados de projetos em fóruns internacionais e promover um método sincronizado para o desenvolvimento de novas infraestruturas financeiras.

 **Infraestrutura de data center:** refletem o compromisso com o desenvolvimento de infraestrutura de data center sustentável, resiliente e tecnologicamente avançada, com ênfase na cooperação bilateral e na promoção de práticas que impulsionem o crescimento econômico e a sustentabilidade.

→ Principais Recomendações

- + Promover incentivos fiscais para o estabelecimento e expansão de data centers, garantindo que esses centros atendam a padrões ambientais e de cibersegurança.
- + Aumentar a demanda por serviços de data center e integrar os sistemas de agências governamentais brasileiras com plataformas em nuvem de forma segura, fortalecendo sua resiliência.
- + Implementar políticas de preços favoráveis à energia e garantir um fornecimento de energia estável e confiável para esses data centers, seguindo as recomendações anteriores para flexibilidade e estabilidade da rede elétrica, mantendo uma política energética sustentável.


 **Cibersegurança:** refletem o compromisso com a proteção e defesa contra ameaças cibernéticas, com ênfase na cooperação bilateral e na implementação de práticas que visam fortalecer a segurança cibernética e a proteção de dados.

→ Principais Recomendações

- + Implementar uma política nacional de "Cibersegurança em Primeiro Lugar", que exige protocolos abrangentes de segurança em todas as agências governamentais, com ênfase em treinamento avançado em segurança, melhoria de processos, atualizações tecnológicas e compartilhamento proativo de informações sobre ameaças, com prioridade na proteção de infraestruturas críticas.
- + Investir estrategicamente em sistemas de cibersegurança que utilizem inteligência artificial, aprendizado de máquina e análise de big data, oferecendo visibilidade abrangente e automação para aprimorar a resposta dinâmica do Brasil às ameaças de cibersegurança. Estabelecer interoperabilidade global e construir confiança nos sistemas digitais brasileiros são cruciais para a cooperação internacional e a segurança.
- + Modernizar os sistemas de agências federais e estaduais com soluções avançadas de proteção de dados. Integrar programas abrangentes de conscientização e treinamento em cibersegurança para todo o pessoal do governo, visando promover uma cultura e ética centradas na cibersegurança.
- + Declarar o reconhecimento mútuo entre os países das certificações de produtos de tecnologia, incluindo as certificações da ANATEL, para agilizar a implementação de produtos

de tecnologia-chave em ambas as nações, proporcionando uma resposta mais imediata em situações de emergência quando a demanda por tecnologias adicionais é uma prioridade.

- + **Digitalizar todos os registros e processos das agências de segurança**, acompanhados por um treinamento aprimorado em segurança de dados e cibersegurança para reforçar as capacidades defensivas do setor público.
- + **Continuar a implementar a Lei Nacional de Proteção de Dados (LGPD)** para garantir conformidade e uniformidade em todos os níveis do governo e da indústria, protegendo os dados dos cidadãos contra violações e uso indevido, com atenção especial para as comunidades desfavorecidas afetadas pela divisão digital.
- + **Estabelecer uma Organização de Análise e Compartilhamento de Informações (ISAO)** para centralizar e otimizar a inteligência de ameaças cibernéticas, selecionando uma universidade nacional com um sólido programa de engenharia para sediar este centro, incorporando setores público e privado, bem como outras instituições acadêmicas.
- + **Incluir um diálogo bilateral focado em uma troca de conhecimento em cibersegurança** que envolva agências-chave de ambos os governos para fortalecer esse esforço.

 **Propriedade intelectual:** refletem o compromisso com a promoção da inovação e colaboração em propriedade intelectual, com ênfase na cooperação bilateral e na adoção de práticas que impulsionem o desenvolvimento econômico e tecnológico.

→ **Principais Recomendações**

- + **Foco na partilha de propriedade intelectual** em setores tecnológicos emergentes, como biotecnologia, energia renovável, materiais avançados, software e tecnologias avançadas, com ênfase na inovação que possa impulsionar benefícios econômicos e sociais significativos.
- + **Criação da Rede Transnacional de Talentos Empreendedores (TETN)**, uma plataforma bilateral projetada para fomentar a colaboração e a troca de conhecimentos entre empreendedores brasileiros e norte-americanos, com o objetivo de promover a inovação e o desenvolvimento de negócios em diversos setores de tecnologia.

 **Educação**

Refletem o compromisso com a promoção da educação, inovação e colaboração, com ênfase na cooperação bilateral e na adoção de práticas que impulsionem o desenvolvimento econômico, tecnológico e sustentável.

→ **Principais Recomendações**

- + **Estabelecer acordos bilaterais entre instituições educacionais nos EUA e no Brasil** para promover programas de intercâmbio, iniciativas de pesquisa conjunta e desenvolvimento de currículos em STEM, TIC, engenharia e disciplinas financeiras.
- + **Mapear os esforços existentes de desenvolvimento de habilidades**, incluindo programas do governo brasileiro e da Embaixada dos EUA, alinhados com programas da indústria para desenvolver habilidades técnicas (incluindo treinamento em inglês), aproveitando o mapeamento para criar alinhamento e parceria entre programas para ampliar e expandir o impacto.
- + **Promover discussões bilaterais** para trocar melhores práticas em agricultura sustentável, incluindo monitoramento de redes de fornecedores para mitigar o risco de desmatamento e garantir a conformidade com a legislação ambiental.
- + **Promover diálogos bilaterais** para discutir os impactos da legislação e regulamentação ambiental estrangeira que desconsidera as regras da OMC.

- + Rever o processo atual de aquisição de terras por estrangeiros no Brasil para promover a propriedade efetiva da terra, fomentando investimentos mais econômicos e ambientalmente sustentáveis.
- + Incentivar parcerias público-privadas para prever, rastrear e controlar doenças e epidemias que podem ser ampliadas pelas mudanças climáticas.
- + Fortalecer a colaboração entre instituições financeiras e órgãos reguladores para promover a inovação colaborativa e identificar desafios e oportunidades emergentes.
- + Estabelecer um grupo de trabalho supra-regulatório para monitorar e harmonizar regulamentações, acelerando o processo de padronização e permitindo a transferência de insights obtidos em sandboxes regulatórios em diferentes regiões.
- + Implementar e adotar um modelo global de sandbox para acelerar a inovação, compartilhar resultados de projetos em fóruns internacionais e promover um método sincronizado para o desenvolvimento de novas infraestruturas financeiras.
- + Promover incentivos fiscais para o estabelecimento e expansão de data centers, garantindo que esses centros atendam a padrões ambientais e de cibersegurança.
- + Aumentar a demanda por serviços de data center e integrar os sistemas de agências governamentais brasileiras com plataformas em nuvem de forma segura, fortalecendo sua resiliência.

Espaço: intensificar a colaboração no espaço estratégico e civil

Refletem o compromisso com a cooperação espacial e o desenvolvimento de parcerias estratégicas entre o Brasil e os Estados Unidos.

→ Principais Recomendações

- + Identificar áreas de interesse mútuo para potenciais projetos espaciais civis conjuntos, com o potencial de envolver indústrias dos EUA e do Brasil, especialmente em áreas relacionadas ao clima, como o estudo do impacto do clima espacial no clima terrestre, monitoramento dos níveis de água e saturação do solo, e detecção e rastreamento de incêndios florestais.
- + Estabelecer mecanismos que permitam que empresas brasileiras e norte-americanas acessem e cooperem com as universidades e institutos de pesquisa um do outro no campo espacial.
- + Organizar um webinar sobre as parcerias internacionais da NASA no Projeto Artemis, que inclua apresentações da indústria espacial e da comunidade acadêmica do Brasil sobre tecnologias e pesquisas relevantes.
- + Incluir representantes das empresas brasileiras de lançamento espacial no Comitê para o Desenvolvimento Integrado do Centro Espacial de Alcântara (CDI-CEA) para garantir que seus planos estejam alinhados com os do projeto CEA em áreas como melhoria da educação, infraestrutura de transporte, comunicações, energia, saúde e seu aspecto mais importante: trazer prosperidade, oportunidades e justiça social para a região.
- + Apoiar a reclassificação do Brasil para A:5 nos Regulamentos de Administração de Exportações (EAR) do Departamento de Comércio dos EUA, como próximo passo para fortalecer os laços entre EUA e Brasil.
- + Incentivar a colaboração entre os governos para fortalecer as cadeias de suprimentos da indústria de defesa, incluindo a proposta e início de discussões sobre um Acordo de Aquisições de Defesa Recíprocas (RDPA) para aumentar a troca e cooperação em defesa.
- + Reagendar uma reunião do Diálogo da Indústria de Defesa o mais rápido possível para ajudar a mobilizar o apoio de nossos setores privados para essas medidas.

- + Identificar áreas de interesse mútuo para potenciais projetos espaciais civis conjuntos, com o potencial de envolver indústrias dos EUA e do Brasil, especialmente em áreas relacionadas ao clima, como o estudo do impacto do clima espacial no clima terrestre, monitoramento dos níveis de água e saturação do solo, e detecção e rastreamento de incêndios florestais.

As recomendações apresentadas buscam orientar as políticas e ações futuras, promover parcerias estratégicas e impulsionar o crescimento e a inovação em ambas as nações, fortalecendo assim os laços bilaterais e contribuindo para o avanço global em diversas áreas-chave.

Próximos passos

Os governos do Brasil e dos Estados Unidos deverão relatar os avanços sobre as recomendações no próximo encontro do Fórum de CEOs, previsto para 2024. A CNI acompanhará a implementação por meio do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (Cebeu).

[Acesse](#) e conheça as Recomendações do Fórum de Altos Executivos Brasil-Estados Unidos.



Veja mais

Mais informações em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-internacionais/>

INFORME POLÍTICA COMERCIAL | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.com.br | Diretoria de Desenvolvimento Industrial e Economia - DDIE | Diretor: Rafael Esmeraldo Lucchesi | Superintendência de Relações Internacionais | Superintendente: Frederico Lamego de Teixeira Soares | Gerência de Comércio e Integração Internacional | Gerente: Constanza Negri Biasutti | Equipe: Ronnie Pimentel | Gerente: Fernanda Maciel Mamar Aragao Carneiro | Equipe: Stephanie Dominicalli da Silva | Coordenação de Divulgação - CDIV | Coordenadora: Carla Gadêlha | Design gráfico: Carla Gadêlha | Serviço de Atendimento ao Cliente - Fone: (61) 3317-9992: sac@cni.com.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

